



PROCESSO N.º : 2015002004  
INTERESSADO : DEPUTADO FRANCISCO JR  
ASSUNTO : Estabelece a obrigatoriedade da realização do "Teste Molecular de DNA" nas maternidades e hospitais públicos, no âmbito do Estado de Goiás.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Francisco Jr, estabelecendo a obrigatoriedade da realização do teste molecular de DNA, em recém-nascidos nas maternidades e hospitais públicos do Estado de Goiás, visando a detecção da Síndrome do X-Frágil.

O exame deverá ser realizado em recém-nascidos, logo após o parto, ou em crianças de até 18 (dezoito) meses, durante a aplicação das vacinas obrigatórias.

A proposição prevê ainda que os responsáveis pelos centros de saúde orientarão os pais, por ocasião da vacinação, sobre a importância da realização do referido exame para o desenvolvimento psicossocial da criança.

Na hipótese de ser apontada alteração que indique a presença da Síndrome do X-Frágil, os pais devem ser avisados e a criança encaminhada para o devido tratamento.

A justificativa menciona que o aludido exame é necessário para detectar a existência da Síndrome do X Frágil, conhecida também como Síndrome de Martin-Bell, que é uma condição genética que causa debilidades intelectuais, problemas de aprendizado e de comportamento, além de diversas características físicas peculiares.



Essa é a síntese da proposição em análise.

Analizando a propositura em pauta, verifica-se que a mesma trata sobre matéria pertinente à prestação dos serviços públicos estaduais, especificamente o serviço de saúde, matéria esta que se insere no âmbito da competência legislativa desta Casa, notadamente devido a alteração introduzida no art. 20 da Constituição Estadual, por meio da Emenda Constitucional n. 30, de 05 de setembro de 2001, que retirou a matéria relativa aos serviços públicos da iniciativa privativa do Governador.

Constata-se que o projeto de lei institui uma medida de proteção e defesa da saúde dos recém-nascidos, enquadrando-se, portanto, no permissivo contido no art. 24, XII, da Constituição da República, que confere competência suplementar para os Estados nesta matéria. A proposição, por tais razões, afigura-se compatível com o sistema constitucional vigente.

Entretanto, para ser aprovada, a propositura em pauta precisa ser reformulada, com a finalidade de aprimorá-la formalmente (técnica-legislativa), razão pela qual apresentamos o seguinte substitutivo:

*"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 220, DE 10 DE JUNHO DE 2015.*

*Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização gratuita do Teste Molecular de DNA nos recém-nascidos em hospitais e maternidades públicas estaduais.*

*A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

*Art. 1º É obrigatória a realização gratuita do Teste Molecular de DNA, no recém-nascido em hospital e maternidade pública estadual, para o diagnóstico e a prevenção da Síndrome do X-Frágil.*





§ 1º O exame de que trata o caput será realizado sob a responsabilidade técnica do profissional médico competente da unidade, antes da alta hospitalar.

§ 2º O teste poderá ser realizado em crianças de até 18 (dezoito) meses de idade, caso não tenha sido realizado antes da alta hospitalar.

Art. 2º O recém-nascido que obtiver resultado positivo da Síndrome do X-Frágil será encaminhado para o devido tratamento.

Art. 3º A família do recém-nascido receberá, quando da alta médica, relatório dos procedimentos e dos exames realizados, contendo esclarecimentos e orientação quanto à conduta a ser adotada.

Art. 4º O disposto nesta Lei se aplica às unidades hospitalares conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei, relativamente aos hospitais e maternidades estaduais, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação."

Isto posto, com a adoção do **substitutivo** apresentado, somos pela constitucionalidade e juridicidade da presente propositura. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 16 de junho de 2015.

Deputado SIMEYZON SILVEIRA  
Relator